

A BATALHA PELA “PERIODIZAÇÃO” DA HISTÓRIA DO BRASIL EM ALFREDO ELLIS JR. E SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: O SÉCULO XIX COMO PARADIGMA?*

Diogo da Silva Roiz
Univesidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Doutor em História
diogors@yahoo.com.br

Para Helenice Rodrigues da Silva (*in memoriam*).

Resumo: Analisaremos neste artigo uma batalha pela “periodização” da história do Brasil, cujo século XIX pareceu ser um paradigma, tanto na obra de Alfredo Ellis Jr., quanto na de Sérgio Buarque de Holanda. Assim como pareceu também estar nas indagações das obras da maioria dos letrados que escreveram entre os anos 1920 e 1930, pois, procuravam mostrar que foi no Oitocentos que verdadeiramente se formou as raízes do Estado e da Nação no país. E esse fator igualmente teve reflexos nos anos 1930, em função da maneira com que o governo de Getúlio Vargas procurou justificar suas ações, ao promover a estruturação de um tipo de Estado e de Nação para o Brasil. Tal como veremos, muitos destes “homens de letras”, como SBH e AEJ, foram contrários a tais iniciativas.

Palavras-chave: Alfredo Ellis Jr.; Sérgio Buarque de Holanda; periodização; história do Brasil; século XIX.

Abstract: We will look at in this article a battle for "periodization" of the history of Brazil, whose 19TH century seemed to be a paradigm, both in the work of Alfredo Ellis Jr., and Sérgio Buarque de Holanda. Just as it seemed to also be in the inquiries of the works of most literate who wrote between 1920 and 1930, therefore, sought to show that it was in the 19th century which truly formed the roots of the State and the nation in the country. And this factor also reflexes in the years 1930, depending on the way the Government of Getúlio Vargas sought to justify his actions, to promote the structuring of a type of State and Nation for Brazil. As we shall see, many of these "men of letters", as were contrary AEJ and SBH to such initiatives.

Keywords: Alfredo Ellis Jr.; Sérgio Buarque de Holanda; periodization; history of Brazil; the 19th century.

O período compreendido entre 1830 e 1889 foi para o Brasil, como para toda a América hispânica, a continuação do longo e doloroso parto de seus respectivos Estados-nação iniciado na primeira década do século (Carvalho, 2012, p. 19).

Assim, José Murilo de Carvalho (2012, p. 19-37) resume os principais momentos da periodização que marcou a consolidação dos Estados-nacionais na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, ao longo do século XIX. Com o objetivo de sintetizar como teria ocorrido a *construção nacional* de cada um daqueles países, o autor procurou definir,

* Versão resumida e revista do segundo capítulo de nossa tese de doutorado. A pesquisa contou com o apoio do CNPq.

especialmente, as marcas deixadas pelo período imperial na formação tanto do Estado quanto da Nação no Brasil, e que teve a sua base territorial estabelecida mediante as características da colonização portuguesa, em disputa com a hispânica, no momento anterior.

Apesar de os estudos sobre a história global demonstrarem a necessidade de pensarmos os cruzamentos entre as diferentes formações sociais, culturais, econômicas, políticas e históricas no mundo¹, ao simultaneamente indicar as deficiências de estudos centrados sobre a formação nacional (Cf. Gruzinski, 2010; Armitage, 2011), nem por isso, a história dos Estados e das Nações na formação da América Latina perdeu sua importância nos últimos vinte anos (Cf. Jancsó, 2003, 2005). Muito pelo contrário, renovando suas problemáticas e análises do tema, a história da formação dos Estados e das Nações na América Latina tem feito justamente um movimento inverso (Cf. Jancsó, 2003; Dolhnikoff, 2005).

Como mostra a coletânea de estudos organizada por Marco Pamplona e Don Doyle (2008), durante muito tempo a América Latina foi deixada em segundo plano para se explicar o movimento geral dos nacionalismos no Ocidente. Ao lado dessa questão, os autores destacavam que o conhecimento da experiência americana pode perfeitamente beneficiar a compreensão geral dos movimentos em torno do nacionalismo no Ocidente. Além disso, instados por uma experiência colonial, de cunho hispânico e português, nem sempre foi simultânea a formação dos Estados e das Nações na América Latina. Justamente por isso as Américas não se encaixavam no tradicional paradigma europeu a respeito do conceito de *nação*, pois, elas não se formaram somente mediante *disputas internas* entre as camadas sociais que compunham o território (Cf. Guerra, 2001), mas antes em meio a *disputas externas* com suas respectivas metrópoles, com vistas a alcançarem sua independência em relação a elas (Cf. Pamplona, Doyle, 2008).

Em vista disso, em geral, a formação do Estado antecedeu ao da própria Nação na América Latina, na maioria dos países que foram se estabelecendo, a partir das primeiras décadas do século XIX. Como destaca José Murilo de Carvalho (2001), em *Cidadania no Brasil – o longo caminho*, nos Trópicos a formação dos direitos humanos não seguiu ao modelo europeu teorizado por Marshall (1967), no qual se definiu primeiro os direitos “civis” no século XVIII, depois os “políticos” ao longo do século XIX, e, por fim, os “sociais” nas

¹ Para Helenice Rodrigues da Silva (2009) a história global trabalha em termos comparativos e conectivos, porque não é uma história mundial, nem universal, nem as nacionais reunidas, mas sim uma tentativa de fazer uma leitura interativa (com base em temáticas) da humanidade. Seu principal objetivo, ao tentar estabelecer certas conexões, comparando diferentes formações históricas, culturais e sociais, além de demonstrar as aproximações e diferenças entre as sociedades, no tempo e no espaço, é mostrar em que medida suas histórias se cruzam e se conectam, de modo a formarem certas ligações em comum.

primeiras décadas do século XX. No caso do Brasil, como salienta Carvalho, em função da formação do Estado ter antecedido ao da Nação, os direitos sociais igualmente antecederam aos civis e aos políticos, até como uma forma estratégica de assegurar os grupos políticos e econômicos dirigentes no poder. Para ele, o modelo de Marshall teria sofrido trajetórias peculiares não somente no Brasil, como em outros países. Mas, no Brasil, houve “maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros”, o que resultou numa “alteração da sequência em que os direitos foram adquiridos: entre nós o social precedeu os outros” (Carvalho, 2001, p. 11-12).

Como indicou o próprio Carvalho (2003) em outra obra, desde o período imperial houve no Brasil uma formação relativamente homogênea das elites políticas e econômicas no poder, subsidiada primeiro em Coimbra, e, depois, esse tipo de formação se manteve coexistindo com as primeiras Faculdades de Direito e de Medicina criadas no Império, a partir da chegada da família real portuguesa em 1808 (avançando nos anos 1820), e cujo núcleo estava centrado na formação jurídica, dos cursos de Direito (Cf. Mota, 2006). Esta formação, aliada ao momento de definição das bases institucionais do Estado, em formação no Império, que viriam a assegurar esses grupos dirigentes no poder (Cf. Carvalho, 2003). Nesse aspecto, para Carvalho (1998, p. 233-268), em seu texto *Brasil: nações imaginadas*, ao longo do período de 1822 a 1945, pelo menos três imagens sobre a nação teriam sido construídas pelas elites políticas e intelectuais. Na *primeira* haveria a ausência do povo, isto é, apenas as elites apareceriam nas narrativas e interpretações do processo; na *segunda* o povo formado no país seria visto de maneira negativa; e na *terceira* o povo seria concebido de forma paternalista, pois, o líder político (no caso Getúlio Vargas) que teria o papel de conduzir as “massas”.

Não por acaso, as discussões sobre a formação dos Estados e das Nações na Europa e nas Américas se encontram na ordem do dia², como temática fundamental para a compreensão dos próprios processos contemporâneos que desencadearam a globalização da economia mundial (Cf. Azevedo, Raminelli, 2011). Contudo, em geral, as histórias sobre a formação do Estado e da Nação nas Américas foi mais produzida sob um ângulo estritamente nacionalizador, do que propriamente comparativo, com a meta de se observar as semelhanças e os distanciamentos do andamento do processo entre as Américas: Hispânica, Portuguesa e Inglesa. O que desencadeou certo silêncio quanto às

² Desde a publicação dos hoje clássicos trabalhos de Fernando Uricoechea, *O minotauro imperial* (1978), e de Ilmar Mattos, *O tempo saquarema* (2004), produzidos entre o final dos anos 1970 e o início dos 1980, que a produção nesta área tem se multiplicado extraordinariamente, a ponto de qualquer tipo de recenseamento se tornar facilmente incompleto. Para um balanço da questão, ver: Jancsó, 2003, 2005.

especificidades e peculiaridades do processo, entre os diferentes Estados e Nações que se formaram, a partir do século XVIII, nas Américas.

Nesse sentido, os debates sobre a formação e a participação dos povos ditos “crioulos” – isto é, nativos de uma região, que se formavam por meio de cruzamentos étnicos entre diferentes grupos do local com os estrangeiros que ali passavam a residir; ou ainda, com povos estrangeiros que vieram a se estabelecer no local, de modo a gerar certa descendência – nos processos de Independência, têm se constituído como temática promissora, ao perscrutar a maneira que a população que se originou nas Américas, nos vários processos de miscigenação, juntamente com os povos nativos do território americano, contribuíram para a definição dos Estados e das Nações nos Trópicos. Evidentemente, tal análise não deixou de ter também certas fragilidades, ao centralizar a interpretação do processo no estudo dos grupos nativos e crioulos (Cf. Jancsó, 2003, 2005).

No Brasil, além de os anos 1930 serem um marco representativo na conformação deste tipo de estratégia analítica do processo, a qual o Estado getulista procurou assegurar a manutenção de seu poder, mediante a criação de ministérios e a aprovação de leis, além de procurar definir um tipo de história, a qual se fundamentou durante o Estado Novo (Cf. Corsi, 2000; Carvalho, 2001), este período igualmente cerceou a produção de várias imagens sobre o país.

Note-se que durante o governo Vargas, como mostrou Angela de Castro Gomes (1996), também houve muitas aproximações com o segundo reinado de D. Pedro II, em vista de Getúlio Vargas (ao se comparar com o imperador e inspirar-se nele³) procurar construir instituições que lhe favorecessem a escrita de uma história, atrelada com as metas do governo. De modo a até justificar suas iniciativas, como se daria, especialmente, durante o Estado Novo (1937-1945), com a fundação de revistas e instituições, e mediante a confecção de calendários comemorativos (Cf. Gomes, 1996, 2003b). No século XIX, quando D. Pedro II era então imperador do Brasil, isso se dava por intermédio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundando em 1838 (Cf. Gomes, 1996; Guimarães, 2011; Enders, 2014).

Por outro lado, D. Pedro II reinou por quase 50 anos o Brasil Império, enquanto Vargas esteve na presidência da República do país por 18, assegurando, em ambos os

³ Isso não quer dizer, evidentemente, que o governo Vargas dos anos 1930 e 1940, pretendesse buscar uma volta a Monarquia, mas sim usar o modelo monárquico de D. Pedro II, primeiro, para diferenciar-se da Primeira República (1889-1930) e do perfil administrativo empreendido pelos partidos e políticos do período; e, depois, para justificar um projeto de cunho nacional, e não regional, como demarcava que fora durante as primeiras décadas daquele século. Desse modo, ao centralizar o funcionamento burocrático do estado, principalmente, durante o Estado Novo, sua meta era a de impor a construção de uma Nação, nos moldes a que se formavam nos regimes totalitários de direita e esquerda na Europa (Cf. Gomes, 1996, 2003; Corsi, 2000).

casos, que fosse feito tanto o “retrato que fizeram de si”, como daquele que foi construído por letrados, pela imprensa, por biógrafos, e que se fixaram na “memória coletiva” e perduraram pela posteridade: a exemplo de um D. Pedro II como o “imperador letrado”, ou de Getúlio Vargas como o “pai dos pobres” (Cf. Levine, 2001; Gomes, 2003a; Fausto, 2006; Carvalho, 2007). Ademais, tal como indicam vários autores, aquele também foi um dos períodos mais ricos na produção de “interpretações” sobre o Brasil (Cf. Gomes, 1996, 2009; Bresciani, 2005; Brandão, 2007).

Contudo, tal produção ora se estabelecia historiando a formação do território nacional, mediante a análise de uma região, a qual suas características políticas, culturais, econômicas e sociais eram generalizadas e comparadas para as outras regiões do país⁴. Ora se analisava a formação do país mediante uma comparação com o resto das Américas (Cf. Oliveira, 2000; Ianni, 2004; Reis, 2006; Azevedo, Raminelli, 2011). Ora se estudava a história do país, com base no transplante de características étnicas, culturais, políticas e econômicas vindas da Europa⁵. E foi nesse denso ambiente histórico, historiográfico e cultural que seriam produzidas as obras de Alfredo Ellis Jr. (AEJ) e de Sérgio Buarque de Holanda (SBH).

Por outro lado, o Estado varguista procurava construir um tipo de Nação, que pretendia formar para prolongar e manter as bases de seus projetos (Cf. Draibe, 1985; Carvalho, 1998, 2001; Corsi, 2000; Fausto, 2006), fortemente amparado por diversos “homens de letras” ligados ou não a cargos políticos daquele governo (Cf. Pécaut, 1990; Miceli, 2001; Bastos, Ridenti, Rolland, 2003). Na outra extremidade desta cadeia interpretativa se formava uma pluralidade de análises sobre o país, nas quais se faziam desde leituras críticas quanto a sua formação histórica, de modo a romper com suas barreiras, vindas do período colonial, até aquelas que vinham a querer demonstrar a importância de sua manutenção para assegurar o *status quo* dos grupos dirigentes no poder⁶. Além disso, também havia as que procuravam contrapor a construção de uma unidade nacional, com as peculiaridades da formação histórica de regiões do país, e mesmo no momento seguinte, com o estabelecimento do regime republicano, procurava-se indicar a especificidade dos Estados, bem como de seus processos de miscigenação (Cf. Schwarcz, 1993; Maio, Santos, 1996; Larreta, Giucci, 2007; Botelho, Schwarcz, 2009; Burke, Pallares-Burke, 2009).

Daí resulta três premissas a serem consideradas na análise que se seguirá:

⁴ Ver: Jancsó, 2003, 2005; Dolnikoff, 2005; Bresciani, 2005; Brandão, 2007.

⁵ Ver: Reis, 1999; Monteiro, Eugênio, 2008; Botelho, Schwarcz, 2009.

⁶ Cf. Reis, 1999; Bresciani, 2005; Brandão, 2007; Monteiro, Eugênio, 2008.

1 – a história dos Estados e das Nações nas Américas apesar de ser marcada por um processo com proximidades e peculiaridades entre os diferentes territórios, que foram se formando desde o século XVIII, a escrita de suas histórias tomou mais o ângulo nacional em suas interpretações (Cf. Ricupero, 2004);

2 – tais interpretações, em muitos casos, estabeleciam-se mediante uma acirrada disputa entre os discursos de cunho nacional, regional e local (Cf. Jancsó, 2003, 2005);

3 – e, não por acaso, os processos de miscigenação eram estrategicamente utilizados nas análises, seja para dar maior ênfase ao local e ao regional na formação da Nação e do Estado, seja para definir a identidade da população que se formava no interior desse processo, seja ainda para tentar justificar o *status quo* dos grupos no poder (Cf. Schwarcz, 1993; Maio, Santos, 1996; Barros, 2009).

Com base nesses apontamentos é que devemos questionar: de que maneira SBH e AEJ pensaram o século XIX, em suas obras históricas dos anos 1920 e 1930? Qual a importância desse período para seus modelos interpretativos da sociedade paulista e brasileira? Que tipo de propostas eles almejavam atingir no seu presente histórico, ao repensarem os processos históricos e as categorias: passado, presente e futuro?

Esses foram os questionamentos que nortearam nossa proposta de estudar, neste artigo, a *batalha pela periodização* da História do Brasil, onde o século XIX parecia se tornar um verdadeiro paradigma interpretativo, e não somente nas obras de AEJ e SBH. Primeiro, porque foi o momento de formação dos Estados e das Nações na América Latina. Depois, porque o momento em que se formaram aqueles países também seria usado, sob as circunstâncias mais diversas, para justificar as ações e os grupos no poder, nas primeiras décadas do século XX. E isso não foi diferente para o caso brasileiro, onde se acirravam os debates sobre a formação do Estado e da Nação nas primeiras décadas do século passado, e em que SBH e AEJ participaram ativamente dessas discussões.

Para SBH, em seu livro *Raízes do Brasil* (1936), o século XIX seria o momento onde as amarras com o passado colonial começavam a ser quebradas, com as rupturas causadas em 1888 (fim da escravidão) e 1889 (fim da monarquia e início do período republicano). Para AEJ seria o momento em que São Paulo alcançou de fato certa autonomia econômica, e, depois, política sobre o Império. Note-se, que, além disso, o século XIX foi um período marcante para as Américas (especialmente a Central e a Latina) porque foi quando se iniciaram, de fato, os processos de independência, nos quais o Brasil não estaria de “fora dessa história”.

Por essa razão, tanto para SBH quanto para AEJ, o século XIX parece ter sido um paradigma interpretativo, pois, para o primeiro daria origem a uma forma de agir diferente daquela fundamentada pelo “homem cordial”, e que a falta de outra denominação seria “americanista”, em vista de tornar possível a participação das massas nas tomadas de decisão política, e dando assim subsídios para o desenvolvimento e a ampliação da

democracia no país. E, para o segundo, seria a oportunidade de voltar ao passado, para refazê-lo no presente, com vistas a contornar a crise política e econômica que permeava tanto o estado de São Paulo, quanto a Nação brasileira, a partir de meados dos anos 1930, com o ingresso de Getúlio Vargas no poder.

A história das Américas no Brasil dos anos 1930

Já no Brasil das primeiras décadas do século passado houve autores, como SBH, que em *Raízes do Brasil* (1936), procurava apreender justamente como se deu os processos de formação do Estado e da Nação nos Trópicos, estudando comparativamente o caso brasileiro, de herança portuguesa, com os territórios de herança hispânica, na América Latina. Assim como ele, Viana Moog (1906-1988), em *Bandeirantes e Pioneiros* (2006), de 1954, procurou estudar a questão, comparando como ocorreu o processo na América do Sul e na América do Norte, de modo a identificar as semelhanças e diferenças de cada uma delas, ao fazer um paralelo entre duas culturas. Como vimos acima, tal percepção não fora a regra naquele período, mas muito mais a exceção (Cf. Costa, 2005). Nesse aspecto, é importante nos questionarmos de que maneira era estudada a história das Américas no Brasil dos anos 1930. Para tanto, nos deteremos no caso da cadeira de *História da Civilização Americana*, criada em 1934, com a fundação do curso de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP)⁷.

Nela ingressou Paul Vanorden Shaw, da Universidade de Columbia nos Estados Unidos, que ocupou a cadeira a partir de 1935. Neste mesmo ano apresentou um programa para a cadeira em sua exposição de *Ideias e Sugestões*, que seria agrupada em seu relatório do ano seguinte, onde indicou como devia ser trabalhado ensino, pesquisa e extensão, para o bom desenvolvimento do campo da História da Civilização Americana no Brasil. Nas suas *Ideias e Sugestões* (*Anuário da FFCL*, 1937, p. 41-65) destacava que “os governos e os centros intelectuais da América estão percebendo o profundo valor de conhecimentos abalizados sobre a civilização americana” (Idem, p. 41). Ao mesmo tempo em que tal empreendimento estaria sendo proposto tanto na América do Norte, quanto na Central e do Sul, em diferentes centros de ensino e pesquisa (antigos ou recém-criados para tal finalidade). Para ele, o que explicaria essas diferentes iniciativas, que estavam ocorrendo quase que de maneira simultânea, seria justamente a necessidade de os Estados Unidos conhecerem melhor seus vizinhos, para estabelecerem melhores vínculos e relações comerciais, políticas e diplomáticas. O mesmo valia para o caso da América Latina e

⁷ Para uma análise pormenorizada da questão, ver: Roiz, 2012a.

Central, o que fomentaria em todas as partes das Américas a criação de centros de estudo, museus e institutos de pesquisa sobre a história americana.

Nesse sentido, para o desenvolvimento deste campo de estudo na FFCL/USP era necessário o aumento do número de “cursos dentro da própria cadeira”, ou o estabelecimento de “um grande Centro de Estudos Americanísticos de S. Paulo”, visto que pelos motivos acima apontados, “todos os países da América Latina devem vir a conhecer os seus vizinhos, e especialmente os Estados Unidos da América do Norte” (Idem, p. 42).

Entre as razões imediatas para por em prática essa iniciativa estava à própria experiência que Shaw teve com o ensino no curso de Geografia e História, onde os alunos se envolveram mais detidamente com a temática da escravidão e da condição do negro no Brasil e nos Estados Unidos⁸, e:

Vê-se aí, ainda que seja em ponto muito pequeno e em linhas muito gerais, que o estudo de *um* problema americano, no sentido mais lato da palavra *americano*, tem atraído a atenção de estudantes brasileiros sobre um aspecto deste problema no seu próprio país e lhes tem proporcionado certos dados para comparar as soluções ou falta de soluções no Brasil e nos Estados Unidos (Idem, p. 42-43).

Mais do que simplesmente pensar na formação de um campo de pesquisa, Shaw estava preocupado com o estabelecimento de melhores relações comerciais no Continente, de modo a propiciar uma formação adequada para o professor “secundário”, para o estudioso, assim como ao jornalista e ao diplomata.

Era justamente por essa razão que a cadeira deveria primar pela formação do: a) professor para as escolas primárias e secundárias, assim como para os centros de altos estudos; b) preparar jornalistas para escreverem sobre as Américas com conhecimento de causa; c) formar diplomatas para representarem o Brasil em outros países e continentes; d) e criar especialistas na matéria, “os quais, por meio de suas produções, desvendariam problemas importantes sobre a América e tomariam o seu lugar ao lado de outras autoridades sobre a matéria” (Idem, p. 44). Para ele, esta “cadeira deveria estar a cargo de um grupo de especialistas, cada um dos quais se encarregaria de uma fase especializada da matéria” (Idem, p. 45), como: a História Antiga Americana; a História do Império Espanhol

⁸ Ao estudar a trajetória de Rüdiger Bilden (1893-1977), Maria Lúcia Pallares-Burke (2012) mostrou o pioneirismo deste alemão, radicado nos Estados Unidos, que viu na história do Brasil uma oportunidade para pensá-la comparativamente com a do sul dos Estados Unidos, tendo como eixo analítico a questão da escravidão. No processo de composição do painel que propiciou os estudos e os fracassos deste autor, Pallares-Burke nos mostrou como então o Brasil era visto pelos estudiosos norte-americanos, entre os anos de 1920 e 1940, e como este estudioso se ligaria a Oliveira Lima, Roquette-Pinto, Gilberto Freyre e outros estudiosos brasileiros, que também começavam a pensar o país, por meio de questões como a escravidão, a miscigenação étnica e cultural, as trocas culturais e a formação do povo brasileiro.

e das Repúblicas Hispano-Americanas; a História do Império Britânico e dos Estados Unidos da América do Norte; e a História de Portugal e do Brasil (muito embora já houvesse uma cadeira específica para tal finalidade no curso de Geografia e História, então ocupada por Afonso de Taunay e, depois, por Alfredo Ellis Jr., como veremos abaixo).

Ao mesmo tempo, “o historiador da civilização americana, que deseje recriar toda a história passada do continente americano, terá de lançar mão da mais importante documentação ao seu dispor, que é a proporcionada pela arqueologia, pela antropologia e por outras ciências sociais” (Idem, p. 46). Uma vez que os povos nativos e os africanos trazidos para as Américas, na maioria dos casos, não deixaram registros escritos sobre suas experiências e histórias nas Américas (sendo-as, quase sempre, escritas pelos povos colonizadores do território). Assim também deveria ocorrer com o ensino. Visto que este ganharia ao ser articulado com o avanço das pesquisas, e com propostas de cursos de extensão que venham a lhes mostrar a diversidade étnica e cultural das Américas (diversidade, aliás, que não estaria limitada apenas as suas histórias nacionais; e o que proporcionaria melhores condições de serem efetuados estudos comparativos). Nesse caso, contribuiria com o ensino o formato de aulas que propiciassem ao aluno *aprender fazendo*, como seria o caso de dramatizações de eventos políticos, econômicos, sociais ou mesmo culturais. E esse exercício teria sempre maior resultado na medida em que os alunos conhecessem a língua dos povos colonizadores das Américas: o inglês, o francês e o espanhol, além do português.

Por essa razão, ao lado de uma proposta de formação de especialistas, de professores aptos para o ensino primário e secundário, de jornalistas e diplomatas, esta deveria vir articulada a propostas de criação de sociedades de estudos americanísticos, de museus e institutos, para maior catalogação, armazenamento e exposição de resquícios orais, escritos e materiais dos povos das Américas, tendo em vista o papel exercido por suas respectivas metrópoles: inglesa, francesa, espanhola e portuguesa, antes e depois dos processos de Independência. Por isso também que se devia ter em conta que esta cadeira não teria apenas um fim *cultural*, pois, ela teria, antes disso, uma finalidade *prática*, segundo Shaw.

Nesse aspecto era fundamental conhecer a época Pré-Colombiana, dando-se ênfase a história destas civilizações (Maia, Inca e Asteca), suas relações com os ibéricos, africanos, anglo-saxões e franceses nos séculos XV e XVI⁹. Num segundo momento, era primordial analisar a época colonial, em especial, o papel que tiveram Espanha e Portugal nos desdobramentos desse processo entre a América Latina, a Europa e a África. Num terceiro, verificar como houve o desenvolvimento dos Estados Unidos e qual a participação

⁹ Para maior detalhamento desta questão, ver: Gruzinski, 1999, 2001, 2003, 2006, 2012.

da França nesta questão. Em seguida, descortinar os processos de Independência com “um estudo comparativo dos movimentos de independência em toda a América, desde o ponto de vista de: causa, ideologia, inspiração, vultos e personagens de importância, das consequências nos Estados Unidos, Haiti, Canadá e América Latina” (1937, p. 264-65) – mas, as “guerras, sendo só meios para um fim, serão omitidas nas discussões e estudos” (Idem). Por esse motivo deveriam ser estudados os séculos XIX e XX, com base numa análise comparativa da maneira como os Estados Unidos, o Haiti e a América Latina se comportaram em seus respectivos processos de Independência.

Ademais, infelizmente não temos subsídios suficientes para averiguar o programa de outras disciplinas de *História da Civilização Americana*, em cursos de Geografia e História criados em Faculdades de Filosofia, que também se proliferaram pelo Rio de Janeiro, pelo Paraná e por Minas Gerais, a partir dos anos 1930 e 1940. Primeiro, porque como nos informa Marieta de Moraes Ferreira (2006, 2008, 2011, 2012), no Rio de Janeiro não houve a produção sistemática de *Anuários*, tal como ocorrera em São Paulo, o que permitiria detalhar pelo menos parte dos programas das disciplinas. Depois, porque no caso do Paraná, apesar de a produção dos *Anuários* não serem problemáticas¹⁰ (Cf. Campos, 2008), não temos estudos sistemáticos sobre seus cursos de Geografia e História (Cf. Oliveira, 2006).

A importância deste tipo de comparação estaria em ver o modo que a História da América era tratada em outros cursos de Geografia e História, e, no caso do Rio de Janeiro, conhecer o espaço onde SBH teve a sua primeira experiência como professor assistente, na Universidade do Distrito Federal (UDF), nas cadeiras de *História Moderna e Contemporânea*, com Henri Hauser, e em *Literatura Comparada*, com Henri Tronchon (Cf. Carvalho, 2003). Ainda assim, o que foi apresentado nos permite ter minimamente uma base de como a temática era então tratada.

A periodização da História do Brasil: as disputas sobre a formação do Estado e da Nação

No Brasil, desde, pelo menos, a Independência, que pensar a construção da nacionalidade foi uma constante em todo século XIX, no quadro dos estudos históricos, em que os historiadores se encontravam ligados diretamente à esfera política, lugar que favorecia o desempenho das funções profissionais, por facilitar a pesquisa em arquivos, Museus e Institutos nacionais e estrangeiros. Na qualidade, quase sempre, de funcionários

¹⁰ Eles foram produzidos entre 1940 e 1971, e a coleção se encontra na biblioteca da UFPR, em Curitiba.

estatais, os historiadores aplicavam-se ao estudo do passado. No século XIX foi comum o desempenho de funções diplomáticas articularem-se ao exercício da escrita da história, a exemplo de: Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), (José Maria da Silva Paranhos Jr. mais conhecido como) Barão do Rio Branco (1845-1912) e Manuel de Oliveira Lima (1865-1928), que, não por acaso, seriam “historiadores-diplomatas”, que exerciam o ofício como “historiadores por vocação” (Cf. Rodrigues, 1965; Glezer, 1976; Wehling, 1999; Malatian, 2001).

Ao destacar a importância do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, Manoel Luiz Salgado Guimarães (2011) demonstrou como esta instituição foi fundamental não somente na coleta de fontes e na formulação de propostas para a escrita da história do país, com Estado e Nação, aliás, em processo de constituição naquele momento. Mas especialmente no favorecimento da conformação das estruturas políticas e culturais que viriam justamente a contribuir para a definição e o estabelecimento do Estado e da Nação no Brasil, entre os anos de 1830 e 1850. Para ele, aquele foi um momento crucial para a construção das estruturas institucionais que passaram a vigorar no país. Entre outras razões, porque além de demarcar como deviam ser estudados os povos nativos e os cruzamentos étnicos e culturais no país, demonstrando a importância do índio, do negro e do branco na formação da sociedade brasileira, ainda que este último prevalecesse nas interpretações, também se instituíam as bases para a própria formulação das histórias regionais e nacionais. Além disso, começava-se a moldar o panteão de “heróis” que passaria a vigorar nas escritas das histórias nacionais, dando-se enfoque a civis e militares, além de políticos e aos próprios sócios do IHGB, que tinham as suas biografias definidas nas páginas da revista do instituto que foi criada em 1839 (Cf. Oliveira, 2007, 2010a, 2010b, 2012).

Nas primeiras décadas do século XX, acirraram-se os projetos para a escrita da história do país, na mesma medida em que se diversificavam os grupos no poder, com o fortalecimento de certas regiões do país, em função do desenvolvimento do regime republicano. É nesse contexto que ganhava efetivamente destaque a elaboração de histórias regionais, como a construída sobre o estado de São Paulo, na qual o bandeirante, não por acaso, seria elevado também a categoria de símbolo, especialmente, nas obras dos “homens de letras”, muitos dos quais sócios do IHGSP (Cf. Abud, 1985; Ferreira, 2002; Anhezini, 2011). A obra de autores como Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Jr. e Alcântara Machado surgiram justamente no interior deste contexto sociocultural favorável, no qual se começava a publicar um variado conjunto de documentos quinhentistas e seiscentistas, como inventários e testamentos, efetuados durante a administração de Washington Luis na

presidência do governo do estado de São Paulo (Cf. Ferreira, Luca, Iokoi, 1999; Pereira, 2010).

Para Lúcia Lippi Oliveira (1990), ao apresentar uma história das versões sobre a nação no Brasil construídas ao longo da Primeira República, a existência de matrizes nas quais, “de um lado, estão aquelas que privilegiam a cultura como fator primordial na construção da nação e, de outro, aquelas que priorizam o elemento político” (1990, p. 29), não podem ser desconsideradas na análise do tema. Na primeira, com base na cultura, estava o enfoque contrário as escalas de progresso, por se contrapor a elas com a justificativa de que caberia ao “nacionalismo descobrir a continuidade cultural e reconstruir o passado” (Idem) daquela sociedade. Na segunda, onde o político preponderaria: “valoriza a ação do legislador, do homem de Estado, como principal fator de constituição da nação” (Idem).

No Brasil, estas duas vertentes de origem europeia seriam reapropriadas de acordo com as necessidades de cada contexto, em certos casos até sendo sintetizadas num modelo, onde o político e o cultural se converteriam na análise da constituição da Nação e do Estado. Para a autora, apesar das diferenças entre as interpretações ufanistas, de direita e de esquerda produzidas neste período, estas tiveram por base as mesmas matrizes teóricas. Nesse aspecto, a construção da história da nação, onde o “triângulo das três raças” e o “homem cordial” são “certamente, construções culturais tributárias desta visão que maximiza as qualidades imanentes da natureza nos trópicos e do homem que neles vive” (Idem, p. 143), e tributária, aliás, das interpretações ufanistas, que nesse caso são amplamente revistas, contrariadas e criticadas, por formarem as bases para algumas das principais versões sobre o nacionalismo no país. Assim, descortinando os principais atores sociais e suas respectivas análises, a autora estudou o nacionalismo militante, a vertente católica da temática, as análises culturais e políticas, até o apogeu da “República das Letras”¹¹ no final dos anos 1920, e:

Ao fazermos este acompanhamento de diferentes versões sobre a identidade nacional que tiveram lugar no Brasil durante a primeira metade do século XX, não estivemos, vale ressaltar, comprometidos com nenhuma fé nacionalista nem julgando maus e bons nacionalismos. Pudemos notar, isto sim, que algumas destas versões foram capazes de conectar perspectivas e interesses, símbolos e comportamentos com grande sucesso. Este, nos parece, foi o caso do ufanismo do início do século [passado] assim como do neo-ufanismo produzido pelos intelectuais durante o Estado Novo. A cultura política brasileira revelou-se capaz de integrar os componentes do ufanismo, principalmente aqueles derivados do espaço geográfico, fazendo-os presentes nas formulações do ‘homem cordial’, do ‘luso-tropicalismo’ e da ‘mineiridade’, construções simbólicas que marcaram a identidade nacional (Idem, p. 198).

¹¹ Sobre a ideia e a formação de uma “República das Letras”, ver também: Senna, 1996; Casanova, 2002.

Aqui ganha significado inquirirmos e analisarmos os programas de *História da Civilização Brasileira*, que começaram a ser colocados em prática, a partir da década de 1930, quando foram criados os primeiros cursos de Geografia e História no país.

Se a cadeira de História da Civilização abriu espaço para um intercâmbio que se fez com a vinda de professores franceses na FFCL/USP (Cf. Roiz, 2012a), no caso da História da Civilização Brasileira tal abertura não ocorreu. Entre outras razões, por que se preferiu aproveitar os letrados do próprio estado de São Paulo, cujos vínculos com os Institutos de Pesquisa, Museus e a historiografia oitocentista¹² eram evidentes, apesar de não estarem limitados a ela (Cf. Ferreira, 2002; Anhezini, 2011).

Afonso de Taunay ficou a frente da cadeira na FFCL/USP entre 1934 e 1938¹³. Em sua proposta para a cadeira (*Anuário da FFCL*, 1937, p. 122-131) estabelecia quais os rumos que deviam seguir o ensino e a pesquisa histórica brasileira. Ao elencar as mudanças que se deram a partir do século XIX em nossa historiografia, na qual os processos e acontecimentos haviam “sido largamente explorados [...] sob os aspectos daquilo que se chama hoje a história batalha” (Idem, p. 122), e que nos primeiros decênios do século passado já não eram “a história militar e a administrativa as únicas que interessa[va]m aos autores e ao público”, pois, os estudiosos estariam preocupados em se incumbirem também “da história econômica e da religiosa [...] da literária, artística e científica e sobretudo [...] da história dos costumes” (Idem, p. 123).

Por essa razão era importante conhecer a obra de Varnhagen e Capistrano de Abreu, de Pedro Calmon, Oliveira Vianna, Alcântara Machado, Gilberto Freyre, Roberto Simonsen e Felix Contreiras Rodrigues, em função da preocupação que tiveram com a coleta e análise das fontes, e isso teria ocorrido simultaneamente com um nítido desenvolvimento da pesquisa histórica no país. Daí ser importante organizar as temáticas que foram trabalhadas de forma monográfica ou não; verificar aquelas que ainda não o foram; o estado das fontes e os possíveis procedimentos para inquiri-las. Nesse processo seria viável conhecer os Museus e Arquivos, nacionais e estrangeiros, além de ter abalizadas questões como o bandeirante e o café, temáticas fundamentais para o conhecimento da história de São Paulo e do país. E que para ele ainda estavam permeadas por grandes lacunas e careciam de pesquisas mais sistematizadas, destrinchando as fontes

¹² Entende-se por historiografia oitocentista, grosso modo, os movimentos que proliferaram no século XIX, especialmente, o historicismo na Alemanha e a “escola metódica” na França, que inspiraram diretamente a produção histórica brasileira entre o final daquele século e a primeira metade do século XX. Para maior detalhamento da questão, ver: Carbonell, 1976, 1987; Diehl, 1998, 1999; Araujo, 2008, 2008b; Franzini, 2010; Nicolazzi, 2011.

¹³ Para uma análise pormenorizada de sua trajetória antes de ingressar na cadeira, ver: Araujo, 2003, 2006.

documentais então disponíveis, como as coleções de inventários quinhentistas e seiscentistas publicadas entre o final dos anos 1910 e meados dos anos 1920 pelo governo do estado. O uso da iconografia, de acervos públicos e privados, de mapas e livros, de relatos de viajantes e de testemunhos epistolares, biográficos e autobiográficos, desse modo, eram também primordiais para a composição “da história dos costumes” e de novos retratos sobre a história do país. Por que vasto é o “campo de pesquisa [...] aos pesquisadores de boa vontade no conjunto da enorme documentação virgem oferecida aos estudiosos da história da civilização brasileira”, e que ainda aguarda os “elementos exigidos para a construção das sínteses” (Idem, p. 131).

Em razão disto o programa da disciplina (*Anuário da FFCL*, 1937, p. 285-286) estava distribuído em 39 itens, nos quais se esboçavam desde panoramas sobre algumas temáticas (épocas, guerras, personagens), até análises mais pormenorizadas e circunscritas, como: a tentativa colonizadora de Martim Afonso de Souza; a vida municipal seiscentista; o bandeirantismo da caça ao índio; a civilização do ouro; as agitações nativistas; o reinado de Pedro II. A proposta não seria alterada nos anos seguintes (*Anuário da FFCL*, 1937, p. 260-261), embora outras questões fossem incluídas para os seminários. Como nos informa Ernesto de Souza Campos (*Anuário da FFCL*, 1938, p. 181-182), secretário da Faculdade de Filosofia no período, ao relatar o trabalho desenvolvido pelas cadeiras do curso de Geografia e História, Taunay teria discutido neste período: a escravidão negra e vermelha; o açúcar e a mineração; o povoamento do território e a vida familiar; o café e a moeda no Brasil.

Quando AEJ ingressou interinamente na cadeira em 20 de julho de 1938, não operou mudanças bruscas e imediatas no programa (*Anuário da FFCL*, 1953, p. 455-458). E isso por várias razões, como passaremos a ver algumas delas abaixo – e que retomaremos ainda nos próximos capítulos. Do mesmo modo que não tivemos como ampliar o painel esboçado sobre a *História da Civilização Americana* no item anterior, não tivemos como o fazer para o caso da *História da Civilização Brasileira*, e pelos mesmos fatores apontados acima.

“São Paulo é o canteiro do Brasil”: o bandeirante e a cafeicultura são os alicerces da formação do Estado e da Nação em Alfredo Ellis Jr.

A solidez de um país se mede pela natureza da nacionalidade de seu povo (Ellis Jr., 1934a, p. 23).

Nesses termos AEJ sintetizava a questão da nacionalidade, com o objetivo de pensá-la para o caso brasileiro, em seu livro *Confederação ou separação* escrito em 1932,

logo após os desdobramentos da “Revolução Constitucionalista” de São Paulo, a qual seu autor veio a participar nas linhas de frente do conflito. Para ele, se a nacionalidade de um povo é pouco concreta, “o país necessariamente não tem força de agregação, nem forma um bloco compacto, não se solidifica em rigidez homogênea de uma só unidade inquebrantável”. E se é quebradiça, pois suas estruturas não foram solidificadas com temperança e sensatez, “o país não passa de uma ficção geográfica, ao sabor dos vendavais políticos e das convulsões sociais e econômicas” (Idem, p. 23).

Por isso mesmo, a nacionalidade deveria ser pensada como uma entidade política, social, psicológica e econômica, “formada por um povo, composto de um número maior ou menor de indivíduos ligados por laços de natureza variada” (Idem, p. 23-24), era como AEJ a procurava definir. Além disso, para ele, aqueles indivíduos estariam unidos por uma origem comum, na qual se formariam uma comunidade de interesses e de sentimentos. Para ele, os laços que formariam a nacionalidade de um povo seriam da seguinte natureza: com identidade de raça, de língua, de religião, de origem e de tradição, de costumes, de mentalidades, de sentimentos e de ideias, de interesses econômicos, além de estarem ligados por uma vontade de viver em comum num mesmo território. Daí a importância da unidade política para regular as fronteiras geográficas da Nação, e da literatura para construir um sentimento de empatia entre os indivíduos¹⁴. Evidentemente, a composição da nacionalidade de um povo não se daria simplesmente pela existência desses fatores. Em muitos casos, a nacionalidade se formava com a solidificação de um deles, ou pela combinação de vários, o que para AEJ era certamente o mais adequado.

No caso do Brasil, para o autor, o problema já se encontrava na composição racial da população, cujas peculiaridades regionais, inviabilizavam a constituição de laços em comum, “justamente pelo estado de completa heterogeneidade de caracteres raciais aparentes e perfeitamente distinguíveis” (Idem, p. 27). Quanto à língua e a religião fatores semelhantes, de especificidades regionais, quando não culturais, arrefeciam as diferenças, de modo a dificultar a construção de laços em comum entre a população. Muito embora a mentalidade fosse “mais uma consequência de fatores diversos do que propriamente uma causa, [...] é ela que traça com acentuada nitidez as fronteiras de uma nacionalidade” (Idem, p. 36-37). E no caso brasileiro ela se acentuou mais em função de fatores externos, ligados à imigração, como a de italianos para São Paulo, do que propriamente internos ao país. Ao lado desses fatores, a imposição de ideologias de grupos, conformando-se num ambiente social e psicológico, igualmente contribuíram com a definição (ou não) da

¹⁴ O que, aliás, instigou AEJ a compor seus romances históricos nos anos 1920 e 1930, para definir a identidade paulista, por meio das cruzadas dos bandeirantes. Para uma análise sobre a importância desta questão em outros países, ver: Hunt, 2007, 2009.

nacionalidade de um povo. E isso se revelava cristalinamente no país, por intermédio dos choques políticos entre grupos de diferentes regiões, almejando converter suas posições para o resto da Nação (Cf. Oliveira, 1990).

Para ele, além de o Brasil “evidentemente não te[r] identidade de raça” (Idem, p. 45), em função de sua diversidade étnica, cultural e regional, a “mesma coisa se dá com a religião” (Idem, p. 51) e a língua. E em “matéria de costumes, a heterogeneidade brasileira é ainda mais marcada”, pois, cada “região tem costumes diferentes” (Idem, p. 54). Se como indica:

O país unitário que foi o Brasil, no tempo do Império, em que havia um nível de progressão, mais ou menos igual por toda a extensão territorial do país, legou à República uma unidade.

[No] Império unitário, [que] havia de facto conseguido uma mentalidade mais ou menos homogênea, uma consciência mais ou menos geral [...] o imenso desenvolvimento do país durante o regime republicano [...] nos últimos 43 anos, provocou um desnível regional, que a unidade de consciência, no país sofreu um colapso inegável. Foi um terremoto que fez estremecer e despedaçar essa antiga unidade (Idem, p. 55).

E é com base nessas questões que procuraremos discutir nesse item, como AEJ procurou fazer a leitura do processo nos anos de 1930 e 1940, que desencadeou a Independência do Brasil e propiciou a formação do Estado e da Nação nessas terras ao longo do século XIX, ao centralizar sua interpretação no papel que tiveram os bandeirantes paulistas, no momento anterior à independência do país. Mais precisamente, procuraremos analisar como ele se voltou para o período colonial e imperial brasileiro e fez a leitura do processo, com base no “mameluco paulista”. Melhor dizendo, o bandeirante “desbravador” dos sertões, formador de cidades, criador de fronteiras, militar, administrador e planejador (Cf. Ellis Jr., 1934b, 1934c, 1936a, 1937, 1948, 1959). E seus atos repercutiriam na formação da Capitania, depois, Província de São Paulo, cuja autonomia e potencial econômico diante do Império em reestruturação nas décadas de 1830 e 1840, segundo ele, apareceriam em momentos como o da Regência de Diogo Feijó (Cf. Ellis Jr., 1940, 1980).

Não sendo indiferente a situação que se aguçou no final dos anos 1920 e início da década de 1930 em São Paulo, foi que AEJ também procurou elaborar um projeto de “escrita da história” para repensar o estado de São Paulo e o Brasil. Como vimos, ele o havia iniciado na década anterior, mas com a conjuntura do final dos anos 1920 e início dos de 1930, este foi amplamente revisto.

Mas, ao contrário de SBH, Viana Moog ou Paul Vanorden Shaw, que procuraram pensar o Brasil e sua história, em comparação com a do resto da América Latina e do Norte, AEJ estudou a história do país, com base na Capitania e, depois, Província de São Paulo. Para ele, o papel desempenhado pelo bandeirante foi fundamental, não só para a formação e proteção das fronteiras do que se tornaria o Brasil, mas principalmente para a própria

fundação de uma consciência local, que se propagaria para o resto da Nação em formação, a partir de meados do século XVIII. E se consolidaria no século XIX, com a fundação do Império do Brasil (Cf. Ellis Jr., 1937, 1946, 1959). A mesma perspectiva que esboçava em suas obras históricas ele apresentava em seus livros didáticos, como o que preparou sobre *História da Civilização* para a 5ª série do ensino secundário em 1935, no qual destacava que:

A consequência mais importante para as colônias lusas da vinda para a América da família dos Bragança, foi sem dúvida a unificação dessas colônias com um governo central forte. Laços até então inexistentes foram criados e um número respeitável de indivíduos exóticos, foi criando e desenvolvendo um grande antagonismo entre os de aquém e os de além mar.

Divididos assim, os de além mar foram se integrando em uma mentalidade comum, na qual era visado unicamente o antagonismo contra os de além mar, ficando esquecidos e apagados os antagonismos regionais que naturalmente deviam separar os coloniais. Muitas instituições nacionais foram criadas no Rio de Janeiro, as quais deveriam ser outras tantas cadeias acorrentadoras das colônias que foram ficando mais unidas, na estreita dependência da corte, cuja fama, se esparramava por todas as colônias que cada vez orbitavam mais apertadamente em torno desse astro central metropolitano (1935h, p. 479-481).

E este foi o contexto que propiciou a formação do Império do Brasil nos anos 1820. No entanto, a unidade criada no Império fora perdida na República. Mas, para destacar tal questão, AEJ procurou antes demonstrar o papel dos bandeirantes para a consolidação do território que se tornou independente no século XIX.

Com isso, seus textos procuravam historiar desde o “bandeirismo apresador”, até o “bandeirismo pesquisador”, e deste para o “sedentário ou minerador” (Cf. Ellis Jr., 1934c, 1936a, 1937) – e essa temática também será privilegiada em sua conferência de 1946, proferida no *curso de bandeirologia*, e em seus *Boletins* dos anos 1940, publicados pela cadeira de *História da Civilização Brasileira* da FFCL/USP. Mas, se tal empreendimento fora feito pelos “bandeirantes paulistas”, que eram o cruzamento do “português europeu” com o “índio da terra” e que viria a formar o “mameluco”, como vimos acima, este não deixava também de ser um tipo de “crioulo americano” (Cf. Matos, 2009), pois, era nativo da região em pauta.

Todavia, de acordo com AEJ a peculiaridade da Capitania e, depois, Província de São Paulo, em relação ao resto do território que formou o Brasil, era justamente que a miscigenação de sua população não se deu com o negro africano, nem tampouco com o crioulo, nascido nos Trópicos, filho de escravos, ou de escravos com livres (Cf. Ellis Jr., 1934b, 1934c, 1936a, 1937, 1948) – fator, aliás, que resultou em severas críticas sobre sua interpretação, e que em muitos casos era avaliada como “racista”, “preconceituosa”, “irrealista” e sem “comprovação documental adequada” (Cf. Abud, 1985; Monteiro, 2001;

Ferreira, 2002; Ricci, 2002). Mas, para AEJ, isso era um fator decisivo por que, em função da ação e do empreendimento das bandeiras paulistas, conduzidas pelo “mameluco”, que se formou as fronteiras da futura Nação, que foram desenvolvidas as vias fluviais e terrestres, que se fundaram entrepostos comerciais e cidades no litoral e no interior do território que formou o Brasil no Oitocentos.

Em suas indicações, fica-nos claro que seu entendimento da questão levava em consideração o significado de “crioulo” como nativo do local, mas não como filho de africano, com ou sem cruzamento étnico com o índio e/ou o branco, e nascido nos Trópicos. Por isso, via o bandeirante paulista como sendo proveniente de um cruzamento étnico peculiar, entre o “branco europeu” e o “índio nativo”, que formou o “mameluco”. Além disso, o bandeirante teria propiciado a constituição de uma identidade, a princípio limitada a sua Capitania, e que com suas ações se propagou para o resto do território, mas sem, com isso, deixar de manter sua peculiaridade étnica (“racial”) e cultural (Cf. Ellis Jr., 1934c, 1936a, 1937; Abud, 1985; Monteiro, 2001; Ferreira, 2002). Veja-se, por exemplo, o caso que nos apresentava AEJ, ao analisar a trajetória de Amador Bueno (personagem que será analisado em várias obras deste autor, ao longo dos anos 1930 e 1940), em *Amador Bueno e a evolução da psicologia Planaltina*, de 1944. Nesta obra, AEJ justificava seu trabalho ao destacar a imprecisão de Pedro Taques e Frei Gaspar, ao conjecturarem sem subsídios adequados a “lealdade” de Amador Bueno perante a coroa portuguesa.

Com base nessa questão, AEJ procurou mostrar como se formou pioneiramente, a partir do século XVII, um “espírito nativista” ligando os paulistas, em prol de uma causa comum. Para ele, “não havia nenhuma lealdade do povo Planaltino para, com Portugal”, e o episódio da aclamação de Amador Bueno, em 1641, “teria sido [...] a primeira manifestação de nativismo, havida na história brasileira” (Ellis Jr., 1944a, p. 14), muito embora circunstâncias adversas tivessem contribuído para que fosse mal sucedida no período. Como mostra:

Portugal, como as outras nações colonizadoras, procedeu no sentido de proteger os co-nacionais reinóis, contra os crioulos, que eram elaborados nas suas colônias brasileiras pela paulatina assimilação. Eu naturalmente, como seria humano, não posso ocultar que, sou favorável à causa dos crioulos. Certo, procurei a imparcialidade rígida, mas, apenas mostrando os fatos e os comentando [...]. Eu tenho como princípio que, Portugal tinha no Brasil não, apenas uma colônia, mas, sim colônias espalhadas ao longo de uma grande área territorial, separadas por distâncias não pequenas, as quais só podiam ser vencidas pelas comunicações marítimas, cercadas de condições ambientais as mais diversas, que pressionavam os moradores de forma diferente e engolfados em ambientes econômicos dos mais variados matizes. Esses agrupamentos heterogêneos de colonização, recebendo influxos tão diferentes, tiveram, cedo o seu complexo de circunstâncias, as suas evoluções próprias, a sua constituição social diferente, a sua tonalidade econômica particular, etc. O estudo da História do Brasil, ainda não tem sido compreendida assim, por que todos os trabalhos

realizados sobre o passado brasileiro o têm encarado politicamente e sob o ponto de vista da sua administração [quando, na verdade, para ele, o mais adequado seria pensar o país de acordo com suas especificidades regionais] (Idem, p. 16-17).

Nesse sentido, era “preciso, previamente situar a História planaltina na História brasileira” (Idem, p. 18), de modo a destacar as suas peculiaridades, assim como sua centralidade na formação das fronteiras do país, como também das vias comerciais, terrestres e fluviais, e que foram propiciadas em função da empresa bandeirante. Assim, AEJ faz questão de salientar a “força da tradição” na formação da história de São Paulo e do Brasil. Mas, enquanto Arno Mayer (1990) observou como houve certa persistência do Antigo Regime no século XIX e início do XX na Europa, estabelecendo uma verdadeira “força da tradição”, AEJ procurou demonstrar que o passado, quando cotejado adequadamente, configuraria também uma força, na qual sua persistência no presente, além de ser vista como uma *tradição*, também favoreceria a restauração da autonomia política e econômica do estado de São Paulo, diante da nação brasileira.

Isso porque, *a história de São Paulo era a história do Brasil*, em função das raízes que foram fincadas pelo movimento das bandeiras paulistas e pela lavoura cafeeira, e ao serem ampliadas e demarcadas às fronteiras e se proporcionar o desenvolvimento político e a modernização do país, que a partir do período imperial consolidou certa unidade. Este, aliás, era o lema do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), que foi criado em 1894, com o objetivo de escrever e circunstanciar as fontes e a história de São Paulo, e do qual AEJ era então um de seus sócios efetivos (Cf. Ferreira, 2002)¹⁵. Mas, pelas características da conjuntura política e econômica dos anos 1930, e em função da própria trajetória do regime republicano, *a história de São Paulo também não era a história do Brasil*, por suas peculiaridades étnicas (“raciais”) e culturais, pela especificidade de sua gente, com traços físicos e características emocionais distintas do resto do país, e que fizeram com que o autor pensasse, no limite, na separação do estado de São Paulo do resto da Nação. Para ele isso se justificava porque São Paulo formava um outro país, como destacou em seu *Confederação ou separação* (1934a), escrito em 1932.

E, num movimento dialético, que foi se definindo a partir do final dos anos 1930, *a história de São Paulo era e não era a história do Brasil*, visto que se as raízes políticas, econômicas e sociais da Nação eram fruto do esforço paulista, consolidadas no período imperial, a conformação étnica e cultural era uma peculiaridade de São Paulo, que o

¹⁵ Essa instituição estava intimamente associada com as premissas da APL, e: “Aceitos sem grandes contestações foram imediatamente Cândido Mota Filho, Plínio Salgado [...] e Alfredo Ellis Jr. – alguns deles vindos do modernismo, mas todos defensores de idéias conservadoras, expressivas do regionalismo colado a 1932, e muitas vezes de um nacionalismo de direita” (Ferreira, 2002, p. 259).

distinguiu do resto da Nação (Cf. Ellis Jr., 1934b, 1934c, 1936a, 1937, 1948, 1959; Ellis, 1997; Adduci, 2000). Nesse processo, residiria, para ele, uma das chaves fundamentais para se entender a Independência e a formação do Estado e da Nação no Brasil.

Ainda que a lavoura cafeeira tivesse favorecido a Província de São Paulo junto ao Império do Brasil, a partir da década de 1840, lhe fornecendo certa autonomia de decisões, como indicou em outro plano de análise Miriam Dolhnikoff (2003, 2005, 2005b) e Cássia Adduci (2000), nem por isso tais relações se fizeram sem contradições, discussões e revoltas, numa relação tensa entre a Província e o Império. Como indica AEJ (1940a, 1940b, 1980), ao avaliar a regência do padre Diogo Antonio Feijó (1784-1843), este teria indicado que o “Brasil é um país difícil de ser governado”, por que, entre outras razões, cada “uma das suas partes tem um desejo e naturalmente puxa para este lado”. Por isso, só “um governo muito forte pode impedir a desordem, isto é, pode amainar a fúria da tempestade” (1980, p. 191).

Para ele, Feijó representava a vontade da Província de São Paulo, em ascensão naquele momento. Apesar das dificuldades de sua regência, Feijó teria conseguido contrabalançar as expectativas das Províncias em relação ao Império, mas sem, com isso, deixar de lado a centralização do poder, pois:

Feijó que, na vida foi um expoente dessas virtudes lacedemônias, que levaram Leonidas, a assim morrer na defesa da Grécia, bem mereceria um epitáfio que lembrasse, sempre, aos de hoje a figura vincada do maior paulista do oitocentos, que na soleira de uma porta, onde elle iniciou sua vida de engeitado subiu até aos degraus do throno da Regencia, levando unicamente pelas suas virtudes, que nelle não se esboçavam esfumadamente mas gryphavam, marcadamente definindo com saliência uma personalidade bem vincada (Ellis Jr., 1940b, p. 575).

Além disso, AEJ também teve a preocupação de demonstrar com esse exemplo, qual o lugar da Província de São Paulo diante do Império do Brasil. Para ele, esta era uma das chaves para se entender a própria formação e ocupação de nossas fronteiras e vermos a expansão de uma cultura local para o resto do território, mas sem deixar sua peculiaridade “étnica” e “racial”. Avaliação semelhante foi expressa em seu romance histórico *Jaraguá*, de 1936, no qual indicou que:

Em 1842 S. Paulo erguia bem alto o seu facho de guerra. Um governo centralizador queria obrigar S. Paulo a receber bem o bahiano marquez de Monte Alegre, como o presidente da provincia paulista – essa provincia que era a patria de Feijó, o immortal – essa provincia que, mesmo desmembrada de Goyas e de Matto Grosso, ainda era uma potencia que inspirava terror aos centralistas do Rio de Janeiro (Ellis Jr. 1936b, p. 169).

Para Magda Ricci (2002), o olhar de AEJ sobre Feijó não fugiu dos padrões de análise e dos fundamentos da escrita da história canonizados no Oitocentos. Em que se via

o sujeito como “grande homem”, de modo a elencar objetivamente os dados documentais, que comprovariam tal afirmação ao descrever suas ações.

Vimos, portanto, a importância dos estudos sobre a formação do “crioulismo americano”, e qual seu papel na compreensão dos processos de Independência e implantação dos Estados e das Nações nos Trópicos. Assim como a leitura peculiar que AEJ fez da questão, ao tomar como base o bandeirante paulista, o mameluco da terra, cuja ação foi essencial para a elaboração e proteção das fronteiras do que se tornou o Brasil, consolidando-se no século XIX.

Apesar de já naquele período existirem interpretações, como a de SBH e de Viana Moog, que procuraram analisar o tema de modo comparativo; ou de programas como o de Paul Vanorden Shaw, na cadeira de *História da Civilização Americana* do curso de Geografia e História da FFCL/USP, e apontar a propriedade deste tipo de estudo, quando efetuado de modo comparativo. A opção de AEJ não foi a de estudar o Brasil, a partir de comparações com o resto das Américas, mas sim o de fazer a análise da Capitania e, depois, Província de São Paulo, visto ser esta a base para o surgimento da Nação brasileira. Para ele, só entendendo a ação e o empreendimento das bandeiras paulistas, conduzidas pelo mameluco, que seria possível entender a própria história do Brasil, que começou a formar sua Nação a partir do século XIX.

Evidentemente, sua escolha não era fortuita, ela estava intimamente relacionada com a conjuntura de 1929 a 1932, na qual o estado de São Paulo perdeu sua autonomia econômica e hegemonia política diante do país. Não sendo indiferente a tal contexto, AEJ também procurou enfrentar a situação, ao refazer os momentos decisivos da história do país, centralizando o papel do estado de São Paulo no conjunto do processo, por meio do empreendimento efetuado pelo bandeirante paulista, que teria sido fundamental para a formação do território, da Nação e do Estado no Brasil (Cf. Abud, 1985; Ellis, 1997; Monteiro, 2001; Ferreira, 2002).

“O Império brasileiro é maior que a Província de São Paulo”: caminhos e descaminhos da democracia no século XIX em Sérgio Buarque de Holanda

Se a data da Abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, o quadro político instituído no ano seguinte quer responder à conveniência de uma forma adequada para a nova composição social (Holanda, 1936, p. 135).

Assim, SBH começava sua análise de “nossa revolução”, no último capítulo de seu livro *Raízes do Brasil* de 1936. A expectativa que o autor trazia para analisar a história do país nesse momento, por certo já vinha sendo desenvolvida desde os anos 1920 (Cf.

Holanda, 1989, 1996a, 2004, 2011a). Mas, a experiência que trouxe com sua viagem pela Alemanha entre 1929 e 1930, ao observar a ascensão de regimes totalitários de direita e de esquerda, lhe permitiram perceber em seu regresso ao país, que o governo provisório de Getúlio Vargas tampouco fugia dos rastros deste tipo de governo, dadas as suas posições “autoritárias”. O que fez com que a possibilidade de concretização da democracia brasileira se distanciasse ainda mais de uma perspectiva de se concretizar na prática sociocultural da população. Com isso, *Raízes do Brasil*, mais que uma análise de nosso passado colonial e de sua herança “ibérica” e “cordial” ainda ativa nos anos 1930, foi uma tentativa para projetar saídas, até certo ponto *utópicas*, para a sua época (Cf. Candido, 1984, 2006, 2008).

Muito embora, a discussão sobre o desenvolvimento da concepção de “homem cordial” de SBH tivesse sido recebida muito criticamente no período¹⁶ foi com ela que o autor traçou estratégias para transpor as barreiras coloniais ainda presente no Brasil dos anos 1930. Para ele, a “cordialidade” teria começado a ser originada desde o período colonial brasileiro, por intermédio do transplante da cultura ibérica, portuguesa, para os Trópicos; e cuja característica peculiar seria marcadamente a sobreposição do privado sobre o público, das decisões pessoais sobre as coletividades, dos sentimentos sobre o cálculo e as posições racionais, marcando toda nossa formação histórico-cultural (Cf. Marras, 2012). Por isso não devemos nos furtar de apresentar aqui um resumo, ainda que sucinto, da questão. Aliás, a necessidade de retomar a discussão apresentada por SBH em *Raízes do Brasil*, está justamente em demonstrar a importância do século XIX, no modelo interpretativo do autor, onde procuraremos também compará-lo com o enunciado por AEJ.

Para empreendermos esta análise usaremos a primeira e a segunda edição de *Raízes do Brasil*, especialmente, a primeira de 1936. De acordo com SBH, apesar de a empresa colonizadora ter sido eficaz, num esforço bem sucedido de transplante da cultura europeia para extenso território nos Trópicos¹⁷, está na raiz desse empreendimento as causas centrais de nosso descaso pela coisa pública. Entre outras razões, porque o “índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise depender dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste” (Holanda, 1936, p. 5). Onde, por sua vez, os “elementos anarchicos sempre fructificar[em] aqui facilmente, com a cumplicidade ou a indolencia displicente das instituições e costumes” (Idem, p. 6). Daí a

¹⁶ A discussão sobre isso é tão extensa e diversificada que não há como ser feito um recenseamento, mesmo que sucinto, desta questão. Apenas para indicar os trabalhos mais importantes, veja-se como exemplo: Moraes, Antunes, Ferrante, 1986; Dias, 1988; Iglésias, 1992, 2009; Candido, 1998a, 2002; Reis, 1999; Vianna, 1999; Velozo, Madeira, 1999; Monteiro, 1999; Piva, 2000; Wegner, 2000; Prado, 2004; Pesavento, 2005; Bresciani, 2005; Caldeira, 2005; De Decca, 2006, 2007; Ricupero, 2007; Brandão, 2007; Monteiro, Eugênio, 2008; Botelho, Schwarcz, 2009; Eugênio, 2011; Ramirez, 2011.

¹⁷ Esta avaliação foi revista na terceira edição do livro (Cf. Holanda, 1956).

relação complexa e paradoxal de os portugueses que vieram para as Américas, ao mesmo tempo se aproximarem mais das características da Antiguidade Clássica e Tardia, onde os homens viviam ao redor de seu *oikos*, isto é, de sua propriedade, com certa autonomia em relação às cidades ou as instituições (Cf. Vernant, 1999, 2001, 2008; Vidal-Naquet, 2002). Enquanto os modos pelos quais concebiam o mundo e as coisas estar cerceado à Idade Média, especialmente, sobre a doutrina tomista. Desse modo, a verdade é que da Península Ibérica, e, especialmente, de Portugal foi que vieram nossos modos de agir e pensar, pois, deles que “nos veio a *forma* actual de nossa cultura; o resto foi materia plastica, que se sujeitou mal ou bem a essa forma” (Idem, p. 15).

Com uma capacidade impressionante de adaptação, a cultura ibérica, portuguesa, fez com que os homens que vieram para as Américas sobejamente estivessem preocupados em adquirir riquezas, por meio do menor esforço, o que fez prevalecer, nesse caso, o espírito aventureiro na iniciativa. E a isso “cumpre acrescentar-se outra face bem típica de sua extraordinária plasticidade social – a ausência completa, ou praticamente completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça” (Idem, p. 27), que fez com que os processos de miscigenação se prosperassem facilmente entre o índio e o europeu. Como resultado “a mestiçagem, que foi, sem dúvida, um notável elemento de fixação ao solo tropical, não representou, entre eles [os portugueses], um fenómeno esporádico, mas antes um processo natural” (Idem, p. 39). Por essa razão, e aqui SBH começava adentrar no século XIX:

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fóra das cidades. Esse facto é do mais vivo interesse para quem queira compreender um estado de coisas, que em seus aspectos essenciaes prevaleceu até o final da monarchia ou, mais precisamente, até a abolição da escravidão. 1888 é o marco divisorio entre duas épocas – o instante talvez mais decisivo em toda a nossa evolução de povo. A partir desse momento, a vida brasileira desloca-se nitidamente de um polo a outro, com a transição para a “urbanocracia”, que só de então em diante se impõe completamente (Idem, p. 43).

Para demonstrar a propriedade desse modelo analítico de interpretação da sociedade brasileira¹⁸, SBH destacava que era possível visualizar datas que estabeleciam momentos semelhantes de ruptura em outras sociedades: na Argentina teria sido em 1852, “o anno da batalha de Caceres e da queda de Rosas” (Idem); nos Estados Unidos, embora

¹⁸ E que será mais bem desenvolvido na segunda edição da obra em 1948 (Cf. Holanda, 1948, p. 35-202), quando o autor refaz o antigo capítulo *O passado agrário*, para os atuais: *Herança rural e O sementeiro e o ladrilhador*, nos quais aprofunda sua análise dos tipos humanos que se formavam nos Trópicos; a peculiaridade do processo de colonização da América Portuguesa; de que maneira foi se formando um modelo de tratamento “cordial” entre os sujeitos, que passaria a se proliferar do âmbito privado da família, para vir a constituir as bases do próprio estado brasileiro; e como suas raízes ibéricas, transplantadas para os Trópicos, encontraram aqui ambiente favorável ao seu desenvolvimento, tanto que ainda persistiam nas décadas iniciais do século XX, sendo um dos principais agravantes para a proliferação e a ampliação da democracia nestas terras.

tal demarcação fosse mais difícil de ser feita, o ano de 1812 seria ilustrativo, pois, definia um novo caráter modernizador ao país, “com a inauguração do grande commercio ultramarino” (Idem, p. 44). Mas, no Brasil os efeitos de 1888 teriam sido ainda mais marcantes. Com um movimento que se iniciava em 1850, quando, de fato, ocorreu o fim do tráfico transatlântico de escravos para o país, contribuindo para a transferência de investimentos para outros setores da sociedade, e inaugurando um surto de modernização sem precedentes pelo Império, mas cujos desdobramentos só seriam concluídos no final dos anos 1880, com o fim da escravidão. Contudo:

[...] bem antes de se firmar o predomínio decisivo das cidades, com a victoria final do esforço abolicionista, nunca se cessou de estimular a introdução em larga escala, no paiz, dos traços de civilização material mais caracteristicamente urbanos, sem que isso lhe affectasse em absoluto a estructura moral e sem que fosse arruinado o predomínio da casta dos senhores ruraes (Idem, p. 45).

Apesar de nunca ter havido uma década tão próspera para o desenvolvimento do progresso material em nossa sociedade, como foi a de 1850, somente com o “declínio da velha agricultura e com a lenta formação de uma burguesia urbana é que se desenvolveu, com caracter proprio, o nosso aparelhamento burocratico” (Idem, p. 47). O que não quer dizer que o predomínio construído pelo domínio rural, em função da constituição de um aparelhamento burocrático, fosse conseqüentemente substituída por um predomínio urbano, ou que esta camada fosse excluída do poder ou dos processos de decisão, que mediavam a política e a economia da época. Em primeiro lugar, porque se manteve o predomínio do privado sobre o público nos processos de decisão. Depois, porque “em nosso dominio rural do tempo da colonia é o typo de familia organizada dentro das normas do velho direito romano-canónico, mantido na peninsula iberica atraves de gerações, que prevalece como centro e base de toda essa vasta estructura” (Idem, p. 87), que, não por acaso, seria mantida durante o período imperial, no século XIX. Além disso:

A contiguidade que se estabelece no ambito domestico entre os membros de uma familia desse typo [patriarcal], tem seu correlativo psicologico bem determinado. O quadro familiar é, nesse caso, tão poderoso e exigente, que acompanha aos individuos mesmo fóra do recinto domestico. A entidade privada prevalece sempre nelles á entidade publica. A nostalgia desse quadro compacto, unico e intransferivel, onde prevalecem sempre e necessariamente as preferencias fundadas em laços affectivos, deixou vestigios patentes em nossa sociedade, em nossa vida política, em todas as nossas actividades (Idem, p. 89).

Assim, é sobre a herança deixada pelos traços afetivos ligados estreitamente sobre as decisões, especialmente, no âmbito político, cujo arquétipo teria sido justamente a formação de relações “cordiais”, fomentadas pelo predomínio do “homem cordial”, sendo o

maior empecilho para a formação de um Estado verdadeiramente democrático entre nós que SBH procurou expor, pois:

Em terra onde não existia praticamente trabalho manual livre, em que uma classe média quasi nulla não tinha como impor sua influencia, os individuos que iriam servir nas funções creadas com a nova ordem de coisas tinham de ser recrutados, por força, entre elementos da mesma massa dos antigos senhores ruraes. Toda a estrutura administrativa, a pouco e pouco elaborada durante o Imperio, e depois já no regime republicano, comportava elementos estreitamente vinculados ao velho systema domestico, ainda em pleno viço, não só nas cidades como nas fazendas (Idem, p. 99).

Ao lado desta estrutura cordial, desenvolveu-se ainda no Império certo apego pelas profissões liberais, especialmente, as ligadas ao exercício do Direito, e cuja sedução “vincula[va]-se estreitamente ao nosso apego quasi exclusivo aos valores da personalidade” (Idem, p. 117). Esse é, por certo, um dos principais motivos para que “a ideologia impessoal e anti-natural do liberalismo democratico, com as suas maiusculas impressionantes e com as suas fórmulas abstractas jamais se naturaliz[asse] entre nós” (Idem, p. 122). Com o fim da escravidão em 1888 e o fim da Monarquia em 1889 parecia que se abriam novas perspectivas para o desenvolvimento da democracia no país, mas cujos germes profícuos que ali brotavam foram cerceados e, depois, restringidos pelo regime que se instaurou no final de 1930.

Portanto, assim como AEJ, SBH procurava dimensionar o século XIX, mas não para demonstrar a importância de São Paulo para o resto do país a partir daquele período, e sim para aventar novas possibilidades para a inserção da democracia nessas terras. Por isso mesmo, enquanto AEJ parecia falar como um representante direto das velhas elites rurais, que parecia se encontrar em declínio em meados dos anos 1930; SBH parecia mais inquietar-se como um representante de uma classe média urbana, cujos direitos além de não estarem sendo respeitados pelo novo regime que se implantou com a subida de Vargas ao poder, os próprios nexos de uma “revolução silenciosa” que se formava a partir do final da Monarquia, e que conduzia a progressiva extinção das “relações cordiais”, em prol do avanço do “americanismo”, com suas relações democráticas e impessoais, igualmente teriam sido arrefecidas pelo governo provisório que se instaurou no final de 1930.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo procuramos tentar detalhar um tipo de *batalha pela “periodização” da história do Brasil*, onde o século XIX pareceu ser um paradigma, tanto na obra de AEJ, quanto na de SBH, bem como na obra da maioria dos letrados que

escreveram parte de suas obras entre os anos 1920 e 1930 (Cf. Reis, 1999, 2006; Bresciani, 2005; Brandão, 2007), pois, procuravam mostrar que foi no Oitocentos que verdadeiramente se formaram as raízes do Estado e da Nação no país (Cf. Jancsó, 2003, 2005; Dolhnikoff, 2005). E esse fator igualmente teve reflexos nos anos 1930, em função da maneira com que o governo de Getúlio Vargas procurou justificar suas ações, ao promover a estruturação de um tipo de Estado e de Nação para o Brasil (Cf. Pécaut, 1990; Gomes, 2003; Fausto, 2006). E do qual muitos destes “homens de letras”, como SBH e AEJ, foram contrários a tais iniciativas, ao passo que outros contribuíram diretamente com a consolidação daquele regime político (Cf. Miceli, 2001).

Para AEJ o governo Vargas estava alterando completamente a estrutura política e econômica do país, com a formulação de leis para as quais estados como o de São Paulo saíam amplamente prejudicados, tal como identificou em suas obras *A nossa guerra* (1933) e *Confederação ou separação* (1934a). Esse foi um dos motivos que levaram o autor a revisar sua obra dos anos 1920, e novamente se voltar para a época das bandeiras. Nesse caso, não apenas para escrever a história dos bandeirantes de São Paulo, mas antes para dar certo sentido ao processo histórico, no qual o empreendimento das bandeiras dos séculos XVI e XVII fomentaram as monções do XVIII, e formaria os alicerces do Estado e da Nação que surgia a partir das primeiras décadas do século XIX. Nesse processo, além de a Província de São Paulo aparecer efetivamente como partícipe na construção do Estado e da Nação, com a participação de sujeitos como Feijó no período Regencial, também começava a despontar economicamente, com o desenvolvimento da cafeicultura e sua inserção no mercado internacional, a partir da segunda metade do século XIX (Cf. Ellis Jr., 1937, 1940b).

Já para SBH, o século XIX marcou no país o começo do fim do predomínio agrário, que vinha desde o período colonial, no qual a cultura ibérica foi transplantada para os Trópicos, especialmente, a portuguesa. Nela se sobressaíam o “espírito aventureiro”, a mentalidade “cordial” de tratamento nas relações políticas, sociais e até trabalhistas, e onde se suplantavam de um lado os espaços de sociabilidade entre senhores e escravos, e de outro, entre esses grupos e uma camada intermediária de brancos livres pobres e negros forros. Além disso, as cidades estavam sempre sob a dependência do campo, conformando uma cultura na qual o espaço privado se sobressaía sobre o público, de tal modo que com a constituição do Império do Brasil, a partir da década de 1820, as decisões políticas eram mais mediadas pelos interesses privados, do que em função do benefício da maioria. No entanto, a ruptura antevista pelo autor com os eventos de 1888 e 1889 – iniciadas, aliás, a partir da década de 1850, e que começava a efetuar verdadeiramente uma “revolução silenciosa”, na qual as cidades começavam a ter certa autonomia em relação ao campo – além de favorecer a formação de uma camada burguesa, com o maior desenvolvimento do

comércio e das indústrias no país, foram igualmente arrefecidas com o governo provisório de Vargas nos anos 1930. E tendo, certamente, mais continuidade com o passado, ao propiciar formas para que a “cordialidade” se mantivesse, ao passo que a democracia era concomitantemente controlada e subjugada pelo regime político.

Evidentemente, tanto as expectativas de AEJ quanto as de SBH não foram totalmente alcançadas em seu presente histórico, onde suas análises da história do país, além de servirem para fazer um balanço sobre as tomadas de decisão no passado, também procuravam verificar suas possibilidades para o presente, e estas virem a dar meios para a construção de “novos futuros” (Cf. Hartog, 2003c; Koselleck, 2006). Ao mesmo tempo, enquanto AEJ procurou pensar as transformações que se davam no país, por meio de uma reavaliação da história de São Paulo, SBH procurou fazer isso, tendo em vista toda a história da América Latina, na qual o Brasil dividiu um passado comum de colonização, e nesse caso não hispânica, mas portuguesa.

De um lado, os grupos dirigentes da Primeira República, dos quais AEJ fazia parte, em partidos como o PRP, viu o predomínio agrário perder força a partir do final dos anos 1920 e ainda mais com o ingresso de Vargas no poder no final de 1930. Nesse caso, a avaliação de AEJ era para projetar novas expectativas em sua época, ao forjar uma interpretação peculiar do passado bandeirante, no qual o passado deveria ser usado no seu presente histórico para restaurar a perda da autonomia política e econômica do estado de São Paulo diante da Nação. De outro, mesmo o favorecimento do desenvolvimento do espaço urbano, a partir do final do século XIX, com as rupturas de 1888 e 1889, não seriam tão eficazes como esperava SBH, para converter as relações “cordiais” num espaço de decisões democráticas, de viés americanista. Mas, ao avaliar o século XIX de modo a projetar uma saída *utópica* para o contexto que estava vivendo o país nos anos 1930, tampouco SBH deixou de inquirir o passado para formular alternativas ao seu presente, com a projeção de uma “revolução lenta e silenciosa”, que em sua época ainda estava em processo.

Referências

ABUD, K. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições. A construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. Tese de Doutorado em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1985.

ANHEZINI, K. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ARMITAGE, D. *Declaração de Independência: uma história global*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. M. (org.) *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRANDÃO, G. M. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

CALDEIRA, J. R. C. (org.) *Perfis buarquianos: ensaios sobre Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: IMESP, 2005.

CANDIDO, A. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Edição comemorativa 70 anos. SP: Companhia das Letras, 2006, p. 235-50.

_____. A visão política de Sérgio Buarque de Holanda. In: CANDIDO, A. (Org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

CARBONELL, Ch-O. *Histoire et historiens: une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885*. Toulouse: Privat, 1976.

_____. *Historiografia*. Portugal: Teorema, 1987.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *D. Pedro II: ser ou não ser*. 3ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, M. V. C. *Outros lados: Sérgio Buarque de Holanda, crítica literária, história e política (1920-1940)*. Tese de doutorado. Departamento de História, IFCH, Unicamp, Campinas, 2003.

_____. *Raízes do Brasil, 1936. Tradição, cultura e vida*. Dissertação de mestrado. Departamento de História, IFCH, Unicamp, Campinas, 1997.

CORSI, F. L. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 2000.

COSTA, M. A. S. *Biografia histórica: a trajetória intelectual de Sérgio Buarque de Holanda entre os anos de 1930 e 1980*. Tese de doutorado em História, UNESP/Assis, 2007.

DIAS, M. O. L. S. Sérgio Buarque de Holanda, historiador. In: Idem. (org.) *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985, p. 7-64.

DOLHNIKOFF, M. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

ELLIS, M. *Alfredo Ellis Júnior, 1896-1974*. São Paulo: Editora Bentivegna, 1997.

ELLIS Jr., A. *A nossa guerra. Estudo de synthese critica político-militar*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Piratininga S. A., 1933 (1ª Edição de 1932).

_____. *Confederação ou separação*. 3ª Ed. revista e aumentada. São Paulo: Editorial Paulista, 1934a (1ª Edição de 1932).

_____. *O bandeirismo paulista e o recúo do meridiano*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934b.

_____. *Populações Paulistas*. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1934c.

_____. *Os primeiros troncos paulistas e o cruzamento Euroamericano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

_____. *A evolução da economia paulista e suas causas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

_____. *Meio século de bandeirismo (1590-1640)*. São Paulo: FFCL/USP, 1939 (Boletim IX, n. 1, da cadeira de *História da Civilização Brasileira*).

FAUSTO, B. *A revolução de 1930: história e historiografia*. 16ª Edição revista e aumentada. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

FERREIRA, A. C. *A epopéia bandeirante. Letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. A historiografia profissional paulista: expansão e descentramento. In: GLEZER, R. (org.) *Do passado ao futuro*: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011, p. 321-41.

FERRETTI, D. Z. O uso político do passado bandeirante: o debate entre Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Jr. (1920-1926). *Estudos Históricos*, FGV, n. 41, 2008, p. 59-78.

FRANZINI, F. *À sombra das palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

GOMES, A. C. *História e historiadores. A política cultural do estado novo*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES, A. C. Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940. In: BASTOS, E.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (Org.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003, p. 112-145.

GRUZINSKI, S. *Que horas são lá, no outro lado? América e Islã no limiar da época moderna*. Belo Horizonte/MG: Autêntica, 2012.

_____. *Las cuatro partes del mundo: historia de una mundialization*. Argentina: Fondo de Cultura, 2010.

_____. *A guerra das imagens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *A colonização do imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *O pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. *A passagem do século, 1480-1520: as origens da globalização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GUERRA, F-X. *Modernidad e independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3ª Edição. Argentina: Fondo de Cultura, 2001.

GUERRA, F-X., ANNINO, A. *Inventando la Nacion Iberoamerica, siglo XIX*. Argentina: Fondo de Cultura, 2003.

HARTOG, F. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Le Seuil, 2003.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. 1ª Ed. Prefácio de Gilberto Freyre. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

_____. *Raízes do Brasil*. 2ª Ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

JANCSÓ, I. (org.) *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

_____. (org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

MONTEIRO, J. M. *Tupis, tapuias e historiadores*. Estudos de história indígena e de indigenismo. Tese de Livre Docência, Unicamp, Campinas, 2001.

_____. Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, 1994, p. 79-88.

MONTEIRO, P. M.; EUGÊNIO, J. K. (org.) *Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas*. Campinas/SP: Ed. Unicamp; UERJ, 2008.

OLIVEIRA, L. L. *Americanos. Representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PAMPLONA, M.; VILELLA, A. (org.) *Nacionalismo no Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PIVA, L. G. *Ladrilheiros e semeadores: a modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920-1940)*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

PRADO, A. A. *Trincheira, palco e letras*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

REIS, J. C. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

RICCI, M. *Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó (1784-1843)*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2002.

ROIZ, D. S. *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba/PR: Editora Appris, 2012a.

_____. *A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959)*. Tese de doutorado em História, UFPR, 2013.

SILVA, H. R. A história global: abordagens comparativas e cruzadas. *Anais do XXV Encontro nacional de História – ANPUH*, Fortaleza/CE, 2009, p. 1-9.

VELLOSO, M. P. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, FGV, v. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

Recebido em: 25/11/2015

Aprovado em: 18/12/2015